CLIPPING INTERNET

23/11/2022 ATÉ 23/11/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 SITE O MARANHENSE..... 1 2
2 CNJ
2.1 SITE MARANHÃO HOJE..... 3
3 DECISÕES
3.1 SITE AGORA SANTA INÊS..... 4
4 PRESIDÊNCIA
4.1 SITE AGORA SANTA INÊS..... 5
4.2 SITE O MARANHENSE..... 6

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
23/11/2022 - SITE AGORA SANTA INÊS
POSITIVA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA (TJMA) DERRUBA DECISÃO QUE SUSPENDIA CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO ÚLTIMO CONCURSO DA PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO CARÚ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (TJMA) DERRUBA DECISÃO QUE SUSPENDIA CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO ÚLTIMO CONCURSO DA PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO CARÚ

A desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão derrubou na quinta-feira (17), a decisão do Tribunal de Contas do Estado que suspendia no fim de setembro a convocação de candidatos aprovados no último concurso público realizado pela Prefeitura de São João do Carú. O certame foi promovido pela gestão do ex-prefeito Francisco Vieira Alves e previa o preenchimento de cargos efetivos na estrutura administrativa.A decisão do tribunal de contas do estado acolheu uma denúncia formulada por Silas Sousa da Silva na qual apontava supostas ilegalidades na licitação, cujo objeto foi a contratação de empresa especializada para promover referido concurso. A vencedora do processo licitatório foi a Funvapi – Fundação do Vale do Piauí. Com isso, os conselheiros do TCE emitiram medida cautelar suspendendo todos os atos, convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados, dentro do número de vagas e excedentes, até que seja proferida uma decisão definitiva.A decisão da desembargadora foi atendendo um pedido através de um MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO, impetrado por mais de 40 concursados, que se sentiam lesados.Na decisão, a Desembargadora afirma que O Supremo Tribunal Federal, por meio das súmulas 20, firmou entendimento de que, em caso de demissão de funcionário admitido por concurso público, é necessário que haja processo administrativo com ampla defesa, sob pena de infringir os princípios constitucionais e lesar o direito do administrado. “Urge frisar que os impetrantes encontram-se nos cargos há quase 02 anos, ante o exposto, defiro o pedido liminar, determinando que seja suspensa a decisão que deferiu a medida cautelar, que suspendeu os atos de convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados” decide.A decisão determina ainda a notificação da autoridade apontada como coatora para prestar as informações que entenda necessárias no prazo de 10 dias, bem como, que se dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.www.obomja.com

CORREGEDOR DA JUSTIÇA PARTICIPA DO 16º ENCONTRO DO JUDICIÁRIO NACIONALAVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DAS METAS NACIONAIS DE 2023

O Corregedor-geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), desembargador Froz Sobrinho, e a juíza auxiliar, Tereza Palhares Nina, coordenadora de planejamento estratégico, participam do 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, que ocorre nesta segunda e terça-feira, 21 e 22 de novembro, no auditório do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília (DF).Também participam do evento, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten; a presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Ângela Salazar e os juízes auxiliares (TJMA), José Nilo, Márcio Brandão e Rosângela Macieira.O encontro tem como objetivos avaliar a Estratégia Nacional do Judiciário, apresentando os resultados do seu monitoramento; debater temas relevantes para a Justiça brasileira; apresentar políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); divulgar e reconhecer o desempenho de tribunais em premiações e revisar e aprovar metas nacionais, metas específicas e diretrizes estratégicas para 2023.Os magistrados também participam de palestras com especialistas. No segundo dia, hoje 22, a partir das 10h30, será realizado o painel “A essencialidade do juiz e o cumprimento de metas no Poder Judiciário”, com as presenças dos conselheiros do CNJ Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, conselheira Salise Monteiro Sanchotene e conselheiro Richard Pae Kim.METAS NACIONAISDE 2023Nesta 16ª edição do ENPJ, os presidentes de Tribunais de Justiça e corregedores-gerais da Justiça apreciaram e votam as metas nacionais e diretrizes estratégicas para 2023. A votação pelos presidentes dos tribunais ocorre de acordo com o texto-base da “Proposta Final de Metas Nacionais” estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).Hoje no segundo dia do evento, às 10h, serão homenageados, no palco do auditório, os tribunais agraciados com a premiação nas seguintes categorias: Diamante, Ouro e Prata. O tribunal que mais se destacar entre o conjunto dos 90 órgãos de Justiça receberá o “Prêmio Excelência”.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
23/11/2022 - SITE MARANHÃO HOJE
POSITIVA
Tribunal de Justiça do Maranhão conquista Prata no Prêmio CNJ de Qualidade 2022

Tribunal de Justiça do Maranhão conquista Prata no Prêmio CNJ de Qualidade 2022

TJ ficou em terceiro lugar em Governança e Transparência
O Tribunal de Justiça do Maranhão conquistou o Prêmio Prata do Prêmio CNJ de Qualidade 2022, em reconhecimento feito pelo Conselho Nacional de Justiça, durante o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nestas quinta (21) e sexta (22), na sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília. Foram analisados quatro eixos para a avaliação: Governança; Produtividade; Transparência; Dados e Tecnologia.

No Painel de Resultados do Prêmio, o TJMA ficou entre os oito tribunais estaduais contemplados com o Prêmio Prata, com 60,55%. O Tribunal ficou em terceiro lugar – entre todos os 27 tribunais estaduais – nos eixos de Governança, com 421,06 pontos, e Transparência, com 110, empatado neste último critério com outros cinco tribunais.

“Importante agora é reconhecer que o nosso Tribunal permanece entre os tribunais premiados do país e que isso só está sendo possível graças ao esforço e compromisso de todos os seus membros”, agradeceu o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, que participou do evento, acompanhado dos juízes auxiliares da Presidência, Márcio Brandão e Nilo Ribeiro.

Prestigiaram o evento o desembargador Froz Sobrinho (corregedor-geral da Justiça), a desembargadora Angela Salazar (também presidente do TRE-MA), as juízas Rosângela Prazeres (TJMA e TRE-MA) e Tereza Nina (auxiliar da CGJ) e Hebert Leite (diretor-geral do TRE-MA).

No evento com participação de presidentes e corregedores(as) dos tribunais superiores, dos 27 Tribunais de Justiça (TJs), dos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs), dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), dos 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e dos três Tribunais de Justiça Militar (TJMs) dos estados, o presidente Paulo Velten agradeceu a todos e todas e parabenizou, de forma especial, o juiz auxiliar da Presidência do TJMA Márcio Brandão e a equipe da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do Tribunal de Justiça (AGEM/TJMA).

De acordo com a organização da premiação, utiliza-se uma metodologia de avaliação dos tribunais sob o olhar do acompanhamento das políticas judiciárias, eficiência, gestão e organização de dados. Em cada segmento de justiça, os tribunais são classificados em três categorias: “Diamante”, “Ouro” e “Prata”. O tribunal que mais se destaca entre todos os 90 e que atinge maior pontuação é congratulado com o “Prêmio Excelência”.

No eixo Governança, o TJMA (421,06) ficou atrás apenas do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), com 431 pontos, e bem próximo do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), com 421, 12. Já no eixo Transparência, o tribunal maranhense ficou abaixo somente do TJGO e do TJRR, ambos com 120 pontos. O TJMA obteve a mesma pontuação de TJAC, TJAP, TJDFT, TJMT e TJPI. Foi ainda o 18º em Dados e Tecnologia e 22º em Produtividade.

Encontro nacional – O 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário teve como objetivo monitorar a estratégia nacional do Poder Judiciário 2021-2026, apresentando principais resultados do ano corrente, bem como ações, projetos ou políticas judiciárias. Na ocasião, ocorreu a votação das Metas Nacionais do Poder Judiciário por segmento de Justiça para 2023 e a entrega do Prêmio CNJ de Qualidade – ano 2022.

A solenidade foi aberta na quinta-feira, com pronunciamentos da ministra Rosa Weber, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e do ministro Luís Felipe Salomão, corregedor nacional de Justiça.

O evento contou com a conferência magna “Desafios e Perspectivas do Poder Judiciário em 2023”, com o professor Oscar Vilhena Vieira (FGV Direito-SP); o Panorama dos Tribunais Superiores – resultados alcançados em 2022, com a ministra Maria Thereza de Assis Moura, Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ); e também dos ministros Lélio Bentes Corrêa, presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e Lúcio Mário de Barros Góes, presidente do Superior Tribunal Militar.

Também houve reuniões setoriais dos segmentos de Justiça e da Corregedoria Nacional de Justiça, o painel “A Essencialidade do Juiz e o Cumprimento de Metas no Poder Judiciário, com os conselheiros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e Richard Pae Kim e a conselheira Salise Monteiro Sanchotene; e a Plenária de Anúncio das Metas Nacionais 2023, novamente com a ministra Rosa Weber e o ministro Luís Felipe Salomão.

O Prêmio CNJ de Qualidade foi criado em 2019, em substituição ao antigo Selo Justiça em Números, implementado desde 2013. Ao longo dos anos, vários critérios foram sendo aperfeiçoados e incluídos no regulamento da premiação, que é dividida em quatro eixos principais: governança; produtividade; transparência; dados e tecnologia.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
23/11/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Anajatuba e Itapecuru-Mirim recebem o projeto Registro Cidadão

Anajatuba e Itapecuru-Mirim recebem o projeto Registro Cidadão

22/11/2022 23:59:00

Registro de nascimento, registros tardios de óbito e de nascimento, segundas vias de certidões de nascimento, casamento e óbito, além de reconhecimento de paternidade. Esses são os principais serviços que serão oferecidos pelo projeto **Registro Cidadão** para a população de **Anajatuba e Itapecuru-Mirim**, nos próximos dias **30/11 e 1º/12**, respectivamente.

A ação visa erradicar o sub-registro no Maranhão, classificado como sexto Estado com maior índice de nascimentos não registrados no próprio ano do nascimento ou no 1º trimestre do ano subsequente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 2017.

O Projeto Registro Cidadão é organizado pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC) e faz parte do Programa Justiça de Proximidade do Poder Judiciário do Maranhão, que também realizará atividades nas comarcas nesses dias.

A iniciativa é executada de forma colaborativa entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJ/MA), juízes e juízas, prefeituras, secretarias Estaduais, órgãos de Assistência Social e Médica municipais e registradores Civis de Pessoas Naturais.

Para obter mais informações sobre o projeto é só entrar em contato com o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC), pelo telefone **(98) 3261-6220** ou com os **Cartórios** dos respectivos Municípios.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
23/11/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
TJMA participa do 1º Congresso do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde

TJMA participa do 1º Congresso do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde

23/11/2022 02:04:00

Com o intuito de aprimoramento e qualificação sobre os principais assuntos que levam à judicialização da saúde e os desafios para a sustentação da saúde pública no Brasil, membros do Comitê Estadual de Saúde do Maranhão e do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário (NatJus) participaram do I Congresso Nacional do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus), nos dias 17 e 18 de novembro, em São Paulo.

O evento - promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - reuniu, de forma 100% presencial, autoridades e especialistas, com o objetivo de aprimorar o conhecimento técnico sobre a saúde pública e suplementar, discutindo os desafios da judicialização e encontrando soluções para esse problema.

A judicialização tem sido uma das vias mais utilizadas para a população acessar o Sistema Único de Saúde (SUS). Neste momento, tramitam no país 543 mil processos relativos à saúde, e o impacto financeiro e administrativo no país também não é pequeno. Em um ano, foram gastos R$ 2,2 bilhões

O evento discutiu políticas públicas e judiciárias necessárias para fazer frente ao número de processos com demandas de saúde que deságuam no Judiciário e norteiam as ações da magistratura e dos profissionais de saúde.

Os painéis temáticos foram coordenados por ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), incluindo o corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão. As explanações abordaram sobre a medicina baseada em evidências, incorporação de novas tecnologias, atualização do rol de procedimentos de planos de saúde, uso e qualificação dos subsídios técnicos oferecidos aos magistrados e às magistradas pela plataforma e-NatJus, ética médica e desafios para a saúde pública, entre outros temas.

Participaram do evento, o coordenador do Comitê Estadual de Saúde, desembargador Jamil Gedeon; o vice-coordenador, juiz Jivago Ribeiro de Carvalho; a supervisora do NatJus e membro do Comitê Estadual de Saúde, juíza Laysa Paz Mendes; a juíza Vanessa Clementino (membra do Comitê); o médico Marcelino Torres (membro do Comitê e do NatJus); e os membros do NatJus, enfermeira Suênia Belizário, médico Cláudio Viana e os farmacêuticos Luciano Mamede e Orlene Nascimento.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
23/11/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Jovens socioeducandos de Imperatriz participam de sessão do filme Pantera Negra

Jovens socioeducandos de Imperatriz participam de sessão do filme Pantera Negra

23/11/2022 03:03:00

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) confere como dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, efetivando o princípio da proteção integral a esse público.

Com o objetivo de concretizar o paradigma da proteção integral em relação a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação na comarca de Imperatriz, um projeto de iniciativa da Defensoria Pública em parceria com a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), Judiciário e um cinema da cidade, proporcionou a 12 adolescentes a participação em sessão de cinema do filme "Pantera Negra: Wakanda para sempre", em alusão ainda ao Dia da Consciência Negra, nesse domingo, 20 de novembro.

A atividade teve a participação da defensora pública Jéssica Oliveira Maciel, que ressalta o objetivo de conferir outra perspectiva aos adolescentes por meio da cultura e lazer, fomentando a escolarização e o esporte na execução das medidas socioeducativas. "Em comemoração ao Dia das Crianças, por meio dessa parceria realizamos a atividade aliando a educação, cultura, arte e cidadania para os adolescentes, ampliando os horizontes deles e proporcionando experiências novas", frisou.

Ela pontua a parceria da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz, coordenada pelo juiz Delvan Tavares, que passou a emitir as guias de internação prevendo a possibilidade de participação dos adolescentes em atividades externas.

O juiz Delvan Tavares ressalta o apoio da unidade judicial em iniciativas do tipo, frisando o papel dos órgãos do sistema socioeducativo na realização de atividades externas para os adolescentes em privação de liberdade, que fazem parte de um processo de inclusão social e contribuem na assimilação da medida socioeducativa e dos planos individuais de atendimento. "Inclusive pode ter repercussão na redução do índice de reincidência, que é a principal promessa da execução da medida, abrir novas perspectivas de vida e de mundo", observou.

"Agradecemos por esse projeto proporcionado aos adolescentes, no mês da consciência negra, que tiveram a oportunidade de vir, alguns pela primeira vez, conhecer o cinema e ter essa vivência de fato", pontuou a coordenadora do Centro Socioeducativo Semear, Ana Paula Passos.

Poder Judiciário, por meio da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), em parceria com a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC) e o Sampaio Correa Futebol Clube, promoveu o projeto "Rolê do Esporte: a socioeducação em campo" com a participação de 71 jovens que cumprem medidas socioeducativas na Ilha de São Luís em quatro partidas do Sampaio Correa, no Estádio Castelão, de setembro a novembro. O projeto objetiva contribuir com a garantia de direitos fundamentais e a ressocialização dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de restrição ou privação de liberdade

nas unidades de São Luís.

A primeira edição do projeto contou com a presença do presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten; o corregedor-geral da Justiça, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho; do coordenador-geral da UMF, desembargador Ronaldo Maciel; da presidente da FUNAC, Sorimar Saboia; do presidente do Sampaio, Sérgio Frota; do juiz coordenador da UMF, Douglas de Melo Martins; da coordenadora local do programa Fazendo Justiça (CNJ), Claudia Gouveia; do defensor público da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, Murilo Guazelli; e da defensora da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz, Jéssica Maciel.